

**Resumo da Audiência Pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS),  
do dia 29 de outubro de 2008**

Convocada para atender ao Requerimento nº 31 de 2008 – CAS, de autoria dos Senadores Romero Jucá e Paulo Paim, com vistas a tratar da situação do PLS nº 58, de 2003.

Na discussão do tema proposto, foram abordadas as seguintes questões:

Foi exaltado que a Seguridade Social possui fontes próprias desde a Constituição de 1988 e que a informação de que a Seguridade é deficitária não é verdadeira, havendo condições de o Governo arcar com as despesas de reajuste para os aposentados no mesmo nível que o Salário Mínimo;

O reajuste conforme o Salário Mínimo é uma questão de justiça;

Foi ressaltado que a Previdência sobrevive apesar das repetidas notícias de déficit e de prejuízos ao governo;

Foi apontado o problema da corrosão das aposentadorias, tendo em vista a quantidade bens e serviços a serem arcados na terceira idade, e que os aposentados não têm culpa pela administração irresponsável dos recursos da previdência; além disso, há milhares de idosos que garantem a sustentação das famílias brasileiras;

As crescentes e sucessivas renúncias fiscais foram criticadas, pois significam perdas nas fontes de receita da Seguridade Social;

Enfatizou-se o esforço fiscal do Governo, repercutindo na gradativa diminuição da necessidade de financiamento do setor público (déficit). Nesse sentido, o PLS nº 58, de 2003, poderia agravar a situação das contas públicas colocando em perigo a sustentabilidade de outras políticas;

Foram defendidas várias ações do Governo, como a política de recuperação do salário mínimo, a qual não “quebrou” a previdência; a revisão da contabilidade das contas da previdência, que enfatiza o equilíbrio da previdência pública urbana; esforços empreendidos para melhorar o atendimento (mais agências, mais servidores, etc); as políticas de ampliação da cobertura previdenciária, da recuperação de ativos, da diminuição da sonegação; por fim, as ações do Governo que vêm propiciando o crescimento da economia, fato que representa garantia verdadeira do equilíbrio da previdência.

Reconheceu-se a importância da recomposição dos benefícios, mas expressou-se preocupação com o modelo para realizar isso, um modelo sustentável, que não comprometa a capacidade da previdência em arcar com seus compromissos no longo prazo. Nesse sentido, antes de alterar o reajuste dos benefícios, deve-se observar a repartição de recursos da Seguridade Social, de modo a não desequilibrar as necessidades da população (política de saúde, de assistência social);

Contrariando a posição do Governo, foi colocado que a tramitação das questões relativas aos aposentados é demasiadamente lenta, especialmente na Câmara dos Deputados. Afirmou-se que no Senado há uma ampla maioria que oferece apoio à causa dos aposentados.

Foram dados os seguintes encaminhamentos:

1. O PLS nº 58, de 2003, será o primeiro item da pauta da reunião que será realizada no dia 5 de novembro de 2008;
2. compromisso de todos os Senhores Senadores presentes em participar da reunião com o objetivo de aprovar o referido projeto de lei;
3. mobilização da Frente Parlamentar para que ocorra a aprovação de todos os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional favoráveis aos aposentados.

Fizeram uso da palavra a Senadora Rosalba Ciarlini, que presidiu a sessão e os Senhores Senadores Paulo Paim; Expedito Júnior; Romeu Tuma; Mário Couto; Cícero Lucena; José Nery.

Estiveram presentes à audiência pública, como expositores os seguintes convidados:

- Rodrigo Costa Passos – Representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP);
- Cleber Ubiratan de Oliveira – Secretário Adjunto do Tesouro Nacional;
- Paulo César Régis de Souza – Presidente da Associação Nacional dos Servidores de Previdência Social;
- Hermélio Soares Campos – Representante da Confederação Brasileira dos Aposentados (COBAPE);
- Carlos Eduardo Gabas – Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social;